

**JNT - FACIT BUSINESS AND TECHNOLOGY
JOURNAL ISSN: 2526-4281 - QUALIS B1**



**A RELEVÂNCIA DA
FORMAÇÃO DE PROFESSORES
PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO
ESPECIAL – DESAFIOS E
POSSIBILIDADES**

**THE RELEVANCE OF
TEACHER TRAINING TO ACT
IN SPECIAL EDUCATION –
CHALLENGES AND
POSSIBILITIES**

**Josélia Maciel da SILVA
Instituto de Ensino Superior Vanguarda
(IESVA)**

E-mail: jomac03@hotmail.com



RESUMO

A educação especial é um campo cognoscente, ou seja, do conhecimento e uma modalidade de ensino que busca o desenvolvimento de estratégias pedagógicas voltadas para os discentes com necessidades educacionais especiais. Neste aspecto, é fundamental uma formação de professores que contemple os métodos e práticas pedagógicas que contribua no desenvolvimento desses alunos. Neste contexto, o artigo busca discutir a importância da formação de docentes para atuar na educação especial, visto que os novos cursos de formação são relevantes em uma formação crítica que supere o ativismo e o achismo intelectual e colaborando tanto com sua prática pedagógica do professor quanto à aprendizagem e a inclusão desses alunos com necessidades especiais. Para compreensão do fenômeno estudado adotou-se por uma pesquisa bibliográfica, onde teóricos, pesquisadores e acadêmicos deram a sua contribuição para o entendimento da formação de docentes tendo como foco a educação especial.

Palavras-chave: Educação especial. Formação de professores. Estratégias pedagógicas. Aprendizagem.

ABSTRACT

Special education is a cognitive field, that is, a field of knowledge and a teaching modality that seeks the development of pedagogical strategies aimed at students with special educational needs. In this aspect, a teacher training that contemplates the pedagogical methods and practices that contribute to the development of these students is fundamental. In this context, the article seeks to discuss the importance of teacher training to work in special education, since the new training courses are relevant in a critical training that overcomes activism and intellectual achism and collaborates both with the teacher's pedagogical practice and the learning and inclusion of these students with special needs. To understand the studied phenomenon, a bibliographic research was adopted, where theoreticians, researchers and academics gave their contribution to the understanding of teacher's formation focusing on special education.

Keywords: Special education. Teacher training. Pedagogical strategies. Learning.

INTRODUÇÃO

A noção de deficiência teve conotação diferenciada no decorrer da história humana, onde os considerados deficientes eram tratados com doentes mentais, retardados e dementes, sendo excluídos e escondidos da vida educacional e social das sociedades. A partir da passagem do tratamento da visão psiquiátrica (doença) para um tratamento a partir das intervenções pedagógicas começou a mudar a visão dessas pessoas especiais.

Diante disso, começou a surgir em algumas realidades um atendimento maior em relação a essas pessoas deficientes, e onde a educação especial começa a ter forma. A educação especial é uma área do conhecimento e uma modalidade ou método de ensino que tem como objetivo o desenvolvimento de práticas e estratégias pedagógicas.

A educação especial na perspectiva inclusiva necessita-se de docentes preparados em seu desenvolvimento profissional, envolvendo formação inicial e continuada baseada em princípios e leis, com o objetivo de contemplar as necessidades de alunos com necessidades especiais. A relação teoria-prática em uma ordem crítica se entrelaçam superando a partir da formação do professor o achismo e a mesmice intelectual.

EDUCAÇÃO ESPECIAL BREVES APONTAMENTOS

Educação especial é definida pela Lei de Diretrizes e Bases - 9394/96 em seu artigo 58: “Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.” (BRASIL, 1996). Esta modalidade de ensino tem por objetivo, desenvolver as potencialidades dos educandos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação.

“Na perspectiva de o ‘especial da educação’, a inclusão é uma provocação, cuja intenção é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo todos os alunos que fracassam em suas salas de aula.” (MANTOAN, 2003, p.17). Assim, essa modalidade de educação denominada especial, deve ser considerada na perspectiva da educação inclusiva, onde todos têm o direito a receber uma educação de qualidade.

Perpassando alguns estudiosos é possível perceber que Vygotsky, enquanto professor, já percebia e se interessava por essas crianças denominadas na época como crianças “com defeito”. Dedicou parte de sua vida no trabalho educacional de crianças especiais e demonstrou esta preocupação também através de parte de suas obras.

“A criança cujo desenvolvimento se há complicado por um defeito, não é simplesmente menos desenvolvido que seus coetâneos normais, é uma criança desenvolvida de outra forma” (VYGOSTKY, 1989, p. 3). O autor defende que toda criança tem a capacidade de aprender através da interação social, dentro de uma zona de desenvolvimento proximal (ZDP) partindo do que a criança já sabe e aquilo que ela tem potencial para aprender.

Costa (2006) escreve em seu artigo “Superando limites: a contribuição de Vygotsky para a educação especial: “O conceito de ZDP nos mostra que, com ajuda do outro – adultos, professores, colegas mais capazes – a criança terá possibilidade de produzir mais do que produz sozinha”. Esse conceito aponta o que a criança tem em potencial, para suas possibilidades não realizadas.

Aqui fica claro a importância do “outro” na vida de qualquer criança e fundamental se esta criança possui uma necessidade educacional especial. Os professores serão, neste contexto, um incentivador e facilitador deste processo de construção do conhecimento. Ele poderá apontar caminhos que ajudarão a criança a desenvolver potencialidades que talvez não seriam desenvolvidas de forma independente.

A escola é um espaço onde todos têm o direito de estar, assim, Lino Macedo, em seu artigo – Três desafios para uma Educação inclusiva: 01 de outubro, 2014, diz: “Ao se tornar para todos e, portanto, comprometer-se em praticar uma Educação inclusiva, a escola fundamental aceitou, consciente ou não, o desafio de enfrentar e superar as diferenças ...” A escola e conseqüentemente os professores, precisam fazer diferente, buscando estratégias e recursos que possibilitem a todos, sem exceção, o acesso ao conhecimento.

Também vale ressaltar a valiosa contribuição da educadora Maria Tereza Égler Mantoan que afirma:

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviços, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam. A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazando (MANTOAN, 2003, p.12).

Para a autora, não basta somente matricular a criança em uma sala regular, pois isto é um direito de todos garantido na Constituição Federal Brasileira de 1988. Porém,

cabe aqui questionar o que é compreendido pelo termo “todos”, pois qualquer criança poderá estar na sala de aula, mas nem todos têm suas potencialidades desenvolvidas. Estar na sala de aula significa integração e não é sinônimo de inclusão. Trabalhar a educação especial é algo bem mais amplo e complexo. O desenvolvimento de qualquer aluno, inclusive de um aluno com necessidade educacional especial só acontece quando o profissional desenvolve a sensibilidade e a capacidade de compreender e reconhecer o outro, estabelecendo elos e buscando oferecer a todo aluno a oportunidade de um futuro melhor, pois “você não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, valorizando o que ele é e o que ele pode ser.” (MANTOAN, 2003).

A mesma educadora afirma que, “na escola inclusiva professores, e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças.” O respeito às diferenças é o primeiro passo para construir uma sociedade mais justa, onde todos os cidadãos possam ter oportunidade de buscar seus sonhos, independente da sua condição física ou cognitiva.

Toda criança é capaz de aprender e desenvolver potencialidades, porém, quando se nasce com, ou desenvolve alguma deficiência, esta criança é vista muitas vezes através do preconceito formado pelo senso comum e pode ser rotulado como aquela que não aprende e até mesmo de que é inferior aos demais.

Diante desta situação, é papel da escola e, em especial, dos professores, prover recursos e metodologias que oportunizem o desenvolvimento das habilidades de todos os alunos, propondo constantes desafios para que possam ser superados de acordo com as potencialidades individuais, pois a aprendizagem acontece de forma diferente mesmo em uma sala vista como homogênea.

A humanidade, sempre há sonhado como um milagre religioso: que os cegos vejam e os mudos falem. É provável, que a humanidade triunfe sobre a cegueira, a surdez e a deficiência mental. Porém a vencerá no plano social e pedagógico muito antes que no plano biológico e medicinal. É possível que não esteja longe o tempo em que a pedagogia se envergonhe do próprio conceito de ‘criança com defeito’. O surdo falante e o trabalhador cego participantes da vida geral em toda sua plenitude, não sentirão sua deficiência e não darão motivo para que outros a sintam. Está ‘em nossas mãos’ o desaparecimento das condições sociais de existência destes defeitos, ainda que o cego continue sendo cego e o surdo continue sendo surdo (VYGOTSKY, 1989, p. 61).

Fonseca também contribui ao afirmar que:

A escola terá de adaptar-se a todas as crianças, ou melhor, à variedade humana. Como instituição social, não poderá continuar a agir no sentido

inverso, rejeitando, escorraçando ou segregando “aqueles que não aprendem como os outros”, sob a pena de negar a si própria. Não se pode continuar a defender que tem de ser a criança a adaptar-se às exigências escolares, mas sim o contrário. Efetivamente, a escola, ou melhor, o sistema de ensino, não pode persistir excluindo sistematicamente as crianças deficientes, estigmatizando-as com a desgraça, rotulando-as com uma doença incurável ou marcando-as com um sinal de inferioridade permanente (FONSECA, 1995, p. 202).

Portanto, é possível perceber que a inclusão implica não somente em mudanças e adequações das escolas, mas também na mudança de pensamento por parte da comunidade escolar e principalmente do professor que está na sala de aula e que tem como seu aluno, uma criança ou adolescente com necessidades educacionais especiais.

A PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A profissão de professor é um ofício que exige preparo, dedicação e qualificação constantes, independente da área de atuação. É impossível conceber que alguém ingresse no curso de licenciatura e pense que, ao concluí-lo, estará totalmente apto e capacitado para exercer a profissão de ensinar. De acordo com o artigo 61 da LDB 9394/96 (BRASIL, 1996) os profissionais em educação necessitam de formação adequada e que estejam de acordo com o nível ou modalidade de ensino, levando em consideração a fase de desenvolvimento de cada educando. Ou seja, todo profissional que se proponha a ensinar, também precisa aprender, para que assim, possa se preparar para este difícil, porém, gratificante labor.

Em se tratando de atividades pedagógicas envolvendo alunos com deficiência, é possível observar na mesma lei citada acima, que ela vem mais uma vez assegurar o que diz a Constituição Federal (1988), que todos têm direito à educação e que esta, deverá ser oferecida “preferencialmente” na rede regular de ensino e que haverá serviço de apoio especializado “quando necessário”.

No caso de necessidade comprovada através de laudos médicos, o aluno terá o direito de receber atendimento do professor de apoio e a participar do AEE - Atendimento Educacional Especializado - atendimentos estes, que não são objeto de estudo da presente pesquisa. Após análise de documentos e leis, foi possível perceber que a formação específica do professor é aquela que ele obteve de acordo com a disciplina que ministra para todos os alunos.

Portanto, o aluno com deficiência matriculado na escola regular deverá ser acompanhado pelo professor referência ou regente¹, que necessita desenvolver metodologias distintas para o desenvolvimento de todos. Alguns dos termos contidos no artigo 58 da LDB – “preferencialmente” e “quando necessário” – abrem brechas para que este atendimento e desenvolvimento adequados nem sempre ocorra, e, apesar de estarem matriculados na sala regular, nem sempre são alcançados com as metodologias iguais para todos.

Neste sentido, vale pontuar duas questões importantes observadas “in loco”: grande demanda em sala de aula regular, onde o professor referência/regente não consegue atender de forma satisfatória e individualizada a todos os alunos e a falta de formação adequada e muitas vezes, até falta de interesse em atendê-los, levando em conta as especificidades e o potencial de cada educando com ou sem necessidades educacionais e/ou com deficiência. Como este aluno deficiente, muitas das vezes não possuem um documento (laudo) que comprove a sua condição, é perceptível que a inclusão ainda não ocorre na prática na maioria das unidades escolares.

Atualmente, os alunos com deficiência em sua maioria, estão sim, tendo o acesso e a permanência na sala de aula regular como manda a lei, porém o que vale questionar é: a estes alunos também está sendo oferecida a oportunidade de um desenvolvimento pedagógico ou somente estão sendo “aceitos” na sala regular?

Segundo a autora Maria Tereza Égler Mantoan:

[...] a inclusão é um motivo para que a escola se modernize e os professores aperfeiçoem suas práticas e, assim sendo, a inclusão escolar de pessoas deficientes torna-se uma consequência natural de todo um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais do ensino básico (MANTOAN, 1997, p. 142).

Professores estão recebendo estes educandos e muitos deles não estão preparados para oferecer um ensino de qualidade que desenvolva habilidades e aptidões. Muitos desses professores enfrentam grande insegurança e até mesmo resistência em “aceitar” o aluno com deficiência na sala regular. Porém, faz-se necessário uma mudança da prática pedagógica e para que essa mudança ocorra, é crucial haver uma mudança pessoal: é preciso pensar diferente para fazer a diferença na vida dos educandos com ou sem deficiência.

¹ Professor que ministra conteúdos do currículo básico em sala de aula regular.

Para Silva (2014) em seu artigo – “A formação do professor na perspectiva inclusiva: conhecer as necessidades educacionais especiais para transformar”, cita que: “Muitos professores não se sentem compromissados com a inclusão e ficam à margem do processo, não tomam consciência da sua importância, acham que a responsabilidade é de outros profissionais” (SILVA, 2014, p. 8).

Tal afirmação é preocupante, pois só se promove a mudança àquele que compreende, aceita e se compromete em fazer diferente. Enquanto alguns professores pensarem que a formação do aluno com deficiência é responsabilidade somente do profissional de educação especial, a educação inclusiva não irá se concretizar.

Atualmente, para a formação de um docente, existem diretrizes curriculares estabelecidas pelo Ministério da Educação que determinam alguns parâmetros do que precisa ser abordado em cada um dos cursos de licenciatura, porém, a grade curricular pode variar de acordo com a instituição formadora. Os futuros licenciados, em sua maioria, são preparados para ensinar de forma padronizada, reforçando a crença de que todos aprendem da mesma forma. Focam no conhecimento das disciplinas (conteúdos) e não nas metodologias específicas que na prática, não pode ser igual para todos.

Teoricamente, os governos criam Políticas Públicas que levam em consideração o atendimento do educando e a formação de professores, mas na prática, tem-se uma realidade que não condiz com a teoria. Porém, Pires afirma que:

Não bastam leis inspiradas no princípio da inclusão a determinar a inclusão; esta só acontece mediante a ruptura, isto é, uma mudança radical de atitudes como instauradoras de uma nova ética. Novas políticas de formação precisam ser instauradas em todas as agências formadoras, e novas posturas éticas precisam de presidir a construção dos projetos pedagógicos das nossas escolas, com adoção de currículos e mudanças organizacionais apropriadas, novas estratégias de ensino e pedagogias que eduquem com sucesso todos os alunos, parcerias com a comunidade, nesse esforço conjunto do qual todos: professores, funcionários, alunos, pais, famílias, comunidade, somos convidados a participar (PIRES, 2008, p. 47).

A educação especial na perspectiva inclusiva é um fato. Esta educação precisa ser colocada em prática. É fundamental que sociedade, comunidade escolar e equipe docente contribuam para que esta educação aconteça. Isso será facilitado através da aceitação e do conhecimento, pois alunos diferentes não podem ter professores que ensinam de forma igual.

A formação destes profissionais em educação para atuação em sala regular inclusiva é foco de várias discussões e contendas em diversos campos e, atualmente as

grades curriculares, apesar de terem divergências de uma instituição formadora para outra, devem seguir as diretrizes curriculares e, nos cursos de licenciatura deve constar a educação especial como parte do seu currículo.

Ao analisar algumas Diretrizes Curriculares Nacionais instituídas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), foi possível observar que na maioria dos cursos de licenciatura consta em sua grade a educação inclusiva de forma ampla e sem especificidades.

No que diz respeito à formação do profissional para atuar com o aluno deficiente, o Curso de Graduação em Pedagogia é o que contém mais especificidades e talvez por este motivo, o pedagogo seja o profissional indicado pelas Secretarias de Educação para atuar com o ensino especial.

Em seu artigo 5º, o documento especifica, dentre outras, as seguintes habilidades para que o pedagogo esteja apto para atuar: (BRASIL, 2015, p. 2):

- IV- trabalhar, em espaços escolares e não-escolares, na promoção da aprendizagem de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano, em diversos níveis e modalidades do processo educativo;
- V - reconhecer e respeitar as manifestações e necessidades físicas, cognitivas, emocionais, afetivas dos educandos nas suas relações individuais e coletivas;
- VI - ensinar Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, Artes, Educação Física, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- VII - relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas;
- VIII - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;
- IX - identificar problemas socioculturais e educacionais com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, com vistas a contribuir para superação de exclusões sociais, étnico-raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas e outras.

É possível observar que as formações do pedagogo não se atem somente ao conteúdo. Ele deve ser preparado para que possa atuar como orientador do processo ensino-aprendizagem, realizando a associação do conteúdo com a realidade do educando e procedendo como mediador do conhecimento, realizando intervenções sempre que se fizerem necessárias.

Como esclarece Libâneo (2004):

A meu ver, a Pedagogia ocupa-se, de fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicidade e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa. O pedagógico refere-se a finalidades da ação educativa, implicando objetivos sócio políticos a partir dos quais se estabelecem formas organizativas e metodológicas da ação educativa (LIBÂNEO, 2004, p. 29).

O processo de aquisição do conhecimento se dá pela interação e através da utilização de métodos que sejam significativas para quem aprende.

Neste sentido, o professor, independente da sua área de atuação precisa estar preparado e ser capaz de flexibilizar currículos, adequando à teoria de uma forma que seja capaz de atender a todos e auxiliando para que a inclusão se efetive na prática.

A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL – ALGUNS CURSOS DE FORMAÇÃO

Com o objetivo de ampliar os conhecimentos em determinadas áreas, são disponibilizados no Brasil, cursos de formação continuada para professores, para que estes, possam se atualizar e aprimorar a sua prática pedagógica. Ao realizarem cursos, os professores podem enriquecer e aperfeiçoar suas habilidades e competências, acrescentando saberes à sua atividade docente.

De acordo com Libâneo (2004):

O termo formação continuada vem acompanhado de outro, a formação inicial. A formação inicial refere-se ao ensino de conhecimentos teóricos e práticos destinados à formação profissional, completados por estágios. A formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho e o desenvolvimento de uma cultura geral mais ampla, para além do exercício profissional (LIBÂNEO, 2004, p. 227).

Após a formação inicial que tem por função a preparação do professor para ingressar na profissão, é de suma importância a formação continuada que irá contribuir para que este professor possa melhorar as suas práticas, sendo capaz de promover intervenções necessárias para a construção do conhecimento de cada discente, que, muitas vezes têm acesso à informação, e esta, precisa ser aprimorada e alinhada, gerando assim conhecimento e possibilitando o desenvolvimento do senso crítico.

A educação contemporânea perpassa inúmeras mudanças e uma delas é a educação especial na perspectiva inclusiva, onde todos os alunos deverão estar matriculados na escola regular e atendidos pelo professor regência/regente. Neste contexto de inclusão,

torna-se ainda mais relevante a formação continuada, pois, além dos conhecimentos teóricos, precisa buscar e aplicar estratégias e metodologias capazes de proporcionar desenvolvimento sócio-emocional e cognitivo de todos os alunos numa sala de aula comum.

Francisco Imbernon após análise histórica da profissão docente, afirma que: “a nova era requer um profissional diferente.” E completa: “Hoje, a profissão não é a transmissão de um conhecimento acadêmico. A profissão exerce outras funções: motivação, luta contra a exclusão social, participação... E é claro que tudo isso requer uma nova formação: inicial e permanente.” (IMBERNON, 2010, p.14).

Esta não é uma tarefa fácil para o professor, que geralmente tem uma sala cheia e bastante heterogênea. Porém, é uma tarefa possível. O primeiro passo se dá a partir da interação professor-aluno, onde o docente poderá e deverá conhecer o seu aluno, podendo assim oportunizar a ele possibilidades de desenvolvimento pedagógico. Uma vez conhecendo a individualidade de cada um, é preciso se preparar e buscar alternativas para que possa oferecer um ensino de qualidade a todos, sem nenhuma exceção. Mesmo buscando um aprimoramento constante, nunca se sabe tudo e sempre se recebe um aluno novo a cada ano e, portanto, novos conhecimentos são necessários sempre.

Muitos cursos são oferecidos no Brasil. Estes cursos podem ser presenciais ou EAD, gratuitos ou pagos e todo profissional pode e deve buscar esta atualização, aprofundamento e complementação dos conhecimentos já adquiridos para que assim, possa estar mais preparado para intervir e auxiliar na formação pessoal e acadêmica de seus alunos.

Curso de libras (língua brasileira de sinais)

De acordo com a lei 10.436, em seu parágrafo único:

Entende-se como Língua Brasileira de Sinais - Libras a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil (BRASIL, 2002, p. 21).

A língua brasileira de sinais é reconhecida de forma oficial, como meio de comunicação e expressão das pessoas surdas e é essencial que na sala de aula regular com aluno surdo, tenha um professor intérprete de libras, para que possa assim oferecer equidade através da acessibilidade de sua língua materna. A educação inclusiva e talvez

utópica,= é uma educação onde todos os professores tenham conhecimento ao menos dos sinais básicos da linguagem de sinais, facilitando assim a comunicação e o desenvolvimento do aluno surdo.

Curso em Braille

O Braille é um sistema tátil de leitura e escrita para deficientes visuais e é composto por 64 pontos em relevo.

De acordo com Sá e Simão (2010):

O Sistema Braille possibilita o contato direto com a grafia das palavras, a interação do leitor com o texto e contribui para a compreensão e para o uso correto das letras, dos acentos e da pontuação. Neste sentido, favorece o uso da escrita para a comunicação, a organização pessoal, o entretenimento, a busca e o registro de informações de forma autônoma (SÁ e SIMÃO, 2010, p. 50).

O sistema Braille é um mecanismo que possibilita a autonomia do estudante cego e promove maior independência, proporcionando ao aluno incluído uma melhor socialização e comunicação. Não é um curso muito acessível e talvez este seja o motivo de tão poucos profissionais da educação preparados para se trabalhar com este sistema.

Dosvox e NVDA

Com a evolução da tecnologia, atualmente, é possível valer-se de recursos como programas de computadores, plataformas e softwares que possibilitem ao deficiente visual a possibilidade de usar mídias digitais de forma mais autônoma.

O Dosvox é um sistema para computadores, que é disponibilizado de forma gratuita pela internet e que tem por objetivo proporcionar maior independência ao deficiente visual na escola e no trabalho. Este sistema foi criado por professores e alunos (alguns deficientes visuais) da Universidade Federal do Rio de Janeiro para que os alunos de inclusão pudessem “fazer parte” da universidade.

O NVDA é uma plataforma para leitura de tela usando o ambiente Windows que comunica às pessoas cegas ou com baixa visão, o que está registrado no monitor.

Ambas as ferramentas podem ser acessadas e aprendidas para auxiliar o deficiente visual a obter uma maior autonomia.

Curso Docência e Distúrbios de Aprendizagem

Distúrbios de aprendizagem são problemas específicos e individuais que acometem crianças, adolescentes e adultos, e que podem prejudicar o desenvolvimento e a aprendizagem da leitura, escrita e dos cálculos. Alunos com dislexia, assim como a discalculia, disgrafia e o déficit de atenção não são consideradas público alvo da educação especial, porém, precisam de um atendimento diferenciado como qualquer outro aluno atendido em uma educação especial na perspectiva inclusiva.

Campos (1997, p. 125) afirma que “[...] rótulos como distúrbios, problemas ou dificuldades [...] nada mais são do que justificativas para explicar as diferenças no rendimento escolar ou o insucesso desses alunos”. Quando se vê um aluno sob a perspectiva de um “rótulo” ou de um problema, automaticamente já se traça um perfil para esse discente e se conclui: ele não aprende. Assim, sob esta alegação, ainda amplamente aceita pela comunidade escolar, no geral, são empreendidos poucos esforços para o desenvolvimento dele e o seu insucesso é justificado pelo “problema” que possui.

174

Curso transtornos do espectro do autismo (TEA): uma abordagem multidisciplinar

O autismo é descrito por Mello (2007) como:

Uma síndrome definida por alterações presentes desde idades muito precoces, tipicamente antes dos três anos de idade, e que se caracteriza sempre por desvios qualitativos na comunicação, na interação social e no uso da imaginação (MELLO, 2007, p. 16).

A pessoa diagnosticada como autista apresenta três desvios juntos (comunicação, interação social e imaginação) e estes são denominados “Tríade”. Estes desvios variam de pessoa para pessoa e podem apresentar-se em diferentes graus. Cabe às pessoas dos grupos sociais demonstrarem empatia com o autista, pois esta síndrome é tão complexa que também foi nomeada como a síndrome do “Ops! Caí no Planeta Errado!” (MELLO, 2007, p. 16).

Por este motivo é tão importante que na escola o aluno seja acolhido, conhecido e atendido, levando em consideração as suas especificidades e respeitando os seus limites.

O professor deve observar este aluno durante um período de tempo enquanto colhe informações com pais e com os profissionais que o acompanham. Passado o período de observação, recomendo que o professor tenha uma conversa com o resto da sala, em linguagem compreensível para a faixa etária dos alunos, falando sobre as

dificuldades do aluno com Síndrome de Asperger² e solicitando a colaboração dos colegas. (MELLO, 2007, p.29-30)

O papel do professor mais uma vez é fundamental para que o aluno autista seja atendido da melhor forma, possibilitado a ele um desenvolvimento pessoal e pedagógico de acordo com as suas potencialidades. Também é ímpar o papel do professor como mediador tentando proporcionar uma interação e um convívio social harmônico e respeitoso entre colegas na sala de aula regular. Daí a importância de capacitações e estudos constantes por parte do professor. Mas vale ressaltar que é de suma importância o apoio familiar.

175

Capacitação em Deficiência Intelectual

Com o atual contexto da educação especial na perspectiva inclusiva, surge a necessidade do professor conhecer um pouco sobre cada deficiência para que possa adequar seus conhecimentos às necessidades individuais de cada educando.

A deficiência intelectual é caracterizada pela dificuldade de compreensão e de raciocínio. Pode se apresentar em vários níveis, indo do leve ao severo e na sala de aula, muitas vezes, necessita além do professor referência, de um profissional de apoio para atender o aluno em suas particularidades. Portanto, além do atendimento ao aluno deficiente intelectual, também é preciso haver o trabalho em equipe e a interação entre professor referência e de apoio buscando sempre o bem estar e desenvolvimento do protagonista que é o aluno.

Ao conceituar deficiência intelectual, Maria S. C. Carneiro, defende tal conceito como uma produção social e afirma: “desenvolvimento dos sujeitos com deficiência intelectual se dá sempre a partir das relações sociais e depende muito da ‘nutrição ambiental’ proporcionada a tais sujeitos” (CARNEIRO, 2015, p. 1).

Portanto, apesar de não ser uma tarefa fácil, a escola, em parceria com a família, poderá proporcionar a este aluno com deficiência intelectual, essas relações sociais provendo assim o seu desenvolvimento de acordo com o seu potencial individual.

Curso diversidade, cultura e etnicidade

Todo ser é único e particular. E ao ser matriculado na escola, ele leva consigo uma bagagem imensa de vivências familiares e sociais que não podem ser ignoradas pelo

² A síndrome de Asperger é um estado do espectro autista, geralmente com maior adaptação funcional.

professor. A diversidade étnica e cultural contida em sala de aula pode ser usada como um instrumento para a construção do conhecimento através da valorização e do respeito à individualidade e às particularidades que cada educando traz consigo, cada uma com a sua identidade. Portanto, trabalhar a diversidade é valorizar a identidade de cada um. Porém, nem sempre é assim!

Kassar descreve em sua pesquisa intitulada: “Escola como espaço para a diversidade e o desenvolvimento humano”, o cenário escolar diante às diversidades:

Hoje, o conjunto legal do país proíbe a discriminação por motivo de deficiência e a política educacional incentiva a matrícula de todos os alunos em escolas comuns. No entanto, se por um lado ressalta-se a importância da diversidade em projetos e programas, por outro, ações restritivas continuam presentes nas escolas, cerceando as possibilidades de desenvolvimento humano/cultural dos alunos. Concepções restritivas acerca do desenvolvimento humano estão presentes em programas previamente organizados por diferentes redes de ensino e no olhar do professor em relação às diferentes características da população. De forma mais abrangente, ações restritivas podem ser explicadas pela “busca da eficiência” para cumprir metas apresentadas em diferentes documentos e acordos, que se voltam ao alcance de taxas de escolarização que garantam a melhora do IDH do Brasil (KASSAR, 2016, p. 235).

Como foi afirmado, a escola e seus professores precisam realizar o seu trabalho com o objetivo de atingir resultados de acordo com metas preestabelecidas. Portanto, o valor quantitativo ainda é muito forte no sistema de avaliação das escolas. Ao medir o nível de proficiência do educando através de notas, as demais habilidades podem não ter tanto peso, pois, o aluno proficiente é aquele que consegue atingir bons resultados nas avaliações escritas.

Diante deste contexto, o professor terá que preparar seus alunos para que obtenham bons resultados em atividades quantitativas em detrimento às atividades qualitativas.

METODOLOGIA

Para maior amplitude da reflexão acerca da formação de professores para atuar na educação especial, foi utilizado neste artigo uma pesquisa bibliográfica, dando assim, maior ênfase nos pesquisadores que contribuíram no entendimento deste fenômeno.

A pesquisa de cunho bibliográfico é uma forma de colher informações, conhecimentos de documentos já publicados, sejam primários ou secundários. Nesta compreensão Gil (2022, p. 29) contribui a dizer sobre a pesquisa bibliográfica.

A pesquisa bibliografia é elaborada com base em material já publicado. Tradicionalmente, essa modalidade de pesquisa inclui ampla variedade de material impresso, como livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais de eventos científicos.

CONCLUSÃO

A formação inicial do professor é excessivamente marcada pelo trabalho com teorias e com isto, a prática dos professores tem, em muitos casos, sido a aplicação dessas teorias, e por isto, na formação continuada é uma maneira de ele rever sua prática, pois já vivenciou a realidade da escola, as necessidades dos alunos e pode assim buscar conhecimentos e habilidades que o possibilitem atuar com mais qualidade dentro do espaço escolar.

A formação de docentes para atuar na educação especial no Brasil sempre foi de passos lentos e demorados, porque para muitos não tinha uma necessidade de uma educação para os ditos “anormais”, “excepcionais” ou diferentes. A retomada disso, de modo especial em uma estruturação das secretarias de educação organizou esses cursos em prol de uma formação docente adequada para atender esses alunos, que viveram nos escombros da ignorância e da escuridão.

Instituições como Pestalozzi (Belo Horizonte), Instituto Benjamim Constant (IBC-RJ), o Colégio Caetano de Campos em São Paulo, deram sua contribuição em defesa dos alunos e pacientes com alguma deficiência, mostrando que os mesmo também tinham direitos de uma educação igualitária e inclusiva, e por isso, buscaram inaugurar cursos para preparar e formar seus professores.

As leis que regulamentam a educação especial e as declarações como Salamanca de Guatemala deram um suporte maior de uma educação para todos, e de um olhar afetivo para a educação dos deficientes, do acesso a escola e a inclusão fomentaram a necessidade de aprofundar a temática.

Com as descobertas de outras necessidades especiais como autismo, deficiência intelectual, deficiência visual, dos transtornos globais, da diversidade e cultura e etnicidade contribuíram para aperfeiçoamento e aprimoramento do professor em sua atuação com esses alunos. Os cursos de especialização começaram a ampliar em forma de pós-graduação, de psicopedagogia, neuropsicopedagogia, aliados a outros saberes como filosofia, antropologia, psicopedagogia e tantos outros, dando um maior suporte de entendimento de atuação.

Hoje o acesso é muito fácil aos cursos de formação na área da educação especial, cursos em Ead por exemplo são os mais procurados devido a facilidade de se estudar em casa e fazer seu próprio horário. Outra questão são os números de livros lançado em educação especial, dando um suporte teórico mais fundamentado, consiste e sólido. Tem-se seminários, palestrar, conferencias e tantos outros tipos de formação de contribui e muito com a preparação do docente nessa área de atuação.

Mesmo com essa facilidade de acesso a essa formação, tem-se realidades que são discrepantes, difíceis e sem estrutura. Por isso, na atual conjectura das escolas brasileiras nota-se fragilidades no que diz respeito a formação de docentes para atuar na educação especial. Para efetivação de uma formação que contemple os requisitos de uma educação inclusiva, igualitária, de qualidade é preciso ter condições materiais e físicas, ao que muitas escolas brasileiras não têm devido a falta de investimento. Professor mal remunerado, desvalorizado, desmotivado, estafado com uma carga de trabalho estressante.

Mesmo com essas dificuldades citadas e tantas outras não mencionadas, a formação profissional é fundamental, onde o conhecimento pedagógico especializado vai legitimar sua prática, mas do que conhecimento das disciplinas teóricas, para dá espaço para objetividade e a dimensão social. Professor preparado e que continua a sua formação se transforma e transforma o seu alunado. O conhecimento que se dá na relação é um processo dialético que não se finda, não se esgota, mas é permanente e que eterniza para a vida inteira.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF

BRASIL. *Lei nº 13.146*, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Presidência da República; Casa Civil. Brasília, DF, 2015, 6 jul. 2015a.

CAMPOS, L. M. L. **A Rotulação de Alunos Como Portadores de “Distúrbios ou Dificuldades de Aprendizagem”**: Uma questão a ser refletida. Publicação: Série Ideias, n. 28. São Paulo: FDE, 1997. p. 125 a 140.

Josélia Maciel da SILVA; A RELEVÂNCIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA ATUAR NA EDUCAÇÃO ESPECIAL – DESAFIOS E POSSIBILIDADES. - Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. JANEIRO-FEVEREIRO-MARÇO/2023. Ed. 40. V. 1. Págs. 163-179. ISSN: 2526-4281 <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdefacit.edu.br.

CARNEIRO, M. S. **A deficiência intelectual como produção social**: reflexões a partir da abordagem histórico-cultural. REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 37. 2015, Florianópolis. Anais: Florianópolis: ANPED, 2015.

COSTA, D. A. F. **Superando limites**: a contribuição de Vygotsky para a educação especial. **Rev. Psicopedagogia**, Belo Horizonte (MG), v. 23, ed. 72, p. 232-240, 2006.

FONSECA, V. **Introdução às dificuldades de aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas. 1995.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 7º ed. São Paulo: Atlas, 2022.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional**: formar-se para a mudança e a incerteza. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2010.

MANTOAN, M. T. E **Inclusão escolar de deficientes mentais**: que formação para professores? In: MANTOAN, Maria Teresa Egler.(org.) A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon; SENAC, 1997.

_____. Maria Teresa Eglér **Inclusão Escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola** – Teoria e Prática. Goiânia: Alternativa, 2004.

MELLO, Ana Maria S. Ros de. **Autismo: guia prático** / Ana Maria S. Ros de Mello; colaboração: Marialice de Castro Vatauvuk. 6 ed. Brasília: CORDE, 2007.

PIRES, José. **Por uma ética da inclusão**. In Martins, Lúcia de Araújo Ramos – [et al.] Organizadores. **Inclusão: compartilhando saberes** – 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

SÁ, Elizabet Dias de; SIMÃO, Valdirene Stiegler. **Alunos com cegueira**. In: A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: os alunos com deficiência visual: baixa visão e cegueira. Celma dos Anjos Domingues et.al. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010

SILVA, Odete Aparecida da. **A formação do professor na perspectiva inclusiva**: conhecer as necessidades educacionais especiais para transformar. Disponível http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_uenp_edespecial_artigo_odete_aparecida_da_silva.pdf / Acesso em: 16 de jan. 2023

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.